



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

INSPEÇÃO CORREICIONAL

JUIZADO ESPECIAL DO MEIO AMBIENTE DE SANTARÉM

Comarca	Santarém – 15ª Região Judiciária
Unidade inspecionada	Juizado Especial Criminal do Meio Ambiente
Competência	Criminal
Data da Inspeção/Edital	16 a 23/11/2023 - Edital de Correição n. 009/2023-CGJ, alterado pelo Edital 011/2023-CGJ.
Responsável pelo preenchimento do questionário na Unidade	Silvia Correa Tuji, Auxiliar Judiciário, matrícula 117897.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

1. INFORMAÇÕES GERAIS (Dados funcionais e Administrativos):

1.1. Juiz/Juíza de Direito/Período de titularidade ou exercício:

Anotação da Unidade: Manuel Carlos de Jesus Maria, titular desde 24/05/2018 até a presente data. Portaria nº 1641/2018-GP, datada de 23/04/2018

1.2. Afastamentos do(a) magistrado(a) nos últimos 03 (três) meses:

- a) Férias: 02/10/2023 a 21/10/2023.
- b) Folgas compensatórias: Não houve
- c) Licenças: Não houve

1.3. Se a Unidade compõe comarca com mais de uma Vara, qual foi o último período de plantão em que houve atuação do(a) magistrado(a)?

Anotação da Unidade: Período de 10 a 13/11/2023.

1.4. Quantos expedientes encontram-se pendentes de resposta à Presidência, Corregedoria, Ouvidoria, Coordenadorias, Seção de Direito Penal e Turmas de Direito Penal?

Anotação da Unidade: 0

Observação da Corregedoria: A Analista Judiciária da CGJ, servidora Claudiana Hage de O. Martins, expediu certidão nos seguintes termos: "**Certifico, que consultando o sistema PJECor desta Corregedoria, usando o parâmetro: "Santarém – Juizado Especial do Meio Ambiente - TJPa", não foi localizado nesta Corregedoria expedientes disciplinares em tramitação; Informo ainda, que nada em tramitação foi localizado contra o magistrado titular da Vara, Dr.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

MANUEL CARLOS DE JESUS MARIA (assumiu em 24/05/2018).Belém, 13/11/2023”

1.5. Qual a data de realização da última reunião entre magistrado(a) e servidores(as) para confecção/atualização do plano de ação da Unidade?

Anotação da Unidade: Tendo em vista a especificidade da vara e o número reduzido de processos não foi realizada reunião para confecção de plano de ação da unidade.

2. CORPO FUNCIONAL:

2.1. Quadro de pessoal:

2.1.1 Secretaria

Nome	Vínculo do(a) servidor (a) (efetivo/exclusivamente comissionado/cedido/requisitado/esta giário/terceirizado)
Adelcides Vasconcelos Marinho	Diretor de Secretaria – Analista Judiciário - efetivo.
Silvia Correa Tuji	Auxiliar Judiciário – efetivo.

2.1.2. Gabinete:

Nome	Vínculo do(a) servidor (a) (efetivo/exclusivamente comissionado/cedido/requisitado/esta giário/terceirizado)
João Paulo Sousa dos Santos	Assessor de Juiz – Exclusivamente comissionado.
Ana Beatriz Lisboa Alves	Estagiária

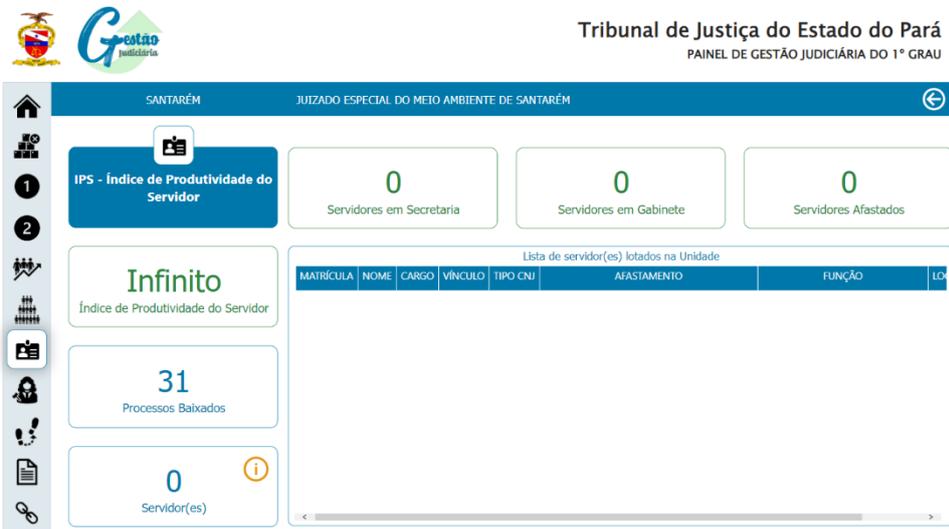


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

QUADRO FUNCIONAL TOTAL DA UNIDADE:

Vínculo do(a) servidor(a)	Quantitativo
Efetivos(as)	2
Exclusivamente comissionados	1
Cedidos(as)/Requisitados(as)	0
Estagiários(as)	1
Terceirizados(as)	0

Observação da Corregedoria: Há uma estagiária da Ulbra de nome Ana Beatriz Lisboa Alves, matrícula nº 213080, que atua no gabinete. O Juizado do Meio Ambiente é adjunto. Não há lotação paradigma.



2.2. Há servidores(as) que executam suas atividades em regime de teletrabalho? (Portaria n. 2897/2019, de 17/06/2019). Em caso positivo, de que forma é feito o controle de produtividade? Quais as metas estabelecidas? (anexar planilha dos últimos 03 meses)

Anotação da Unidade: Não tem servidor em regime de teletrabalho.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

2.3. Como é feito o controle de produtividade dos(as) servidores(as) em regime de trabalho presencial?

Anotação da Unidade: Não se aplica.

Observação da Corregedoria: Como o Juizado tem um número reduzido de processos, não fazem controle de produtividade. Informa que todos os processos estão com tramitação regular.

A captura de tela mostra o sistema de gestão de atividades do TJPA. No topo, há o logotipo e o título 'PAINEL DE GESTÃO DE ATIVIDADES - TJPA'. Abaixo, há filtros para 'NOME DA LPI' (Todos), 'UNIDADE LOTACAO' (VARA AGRÁRIA DA COMARCA DE SANTARÉM) e 'SELECIONE UM PERÍODO' (01/01/2023 a 20/11/2023). O principal elemento é uma tabela com as seguintes colunas: NOME DO SERVIDOR, NOME, MOVIMENTOS IG, TAREFAS IG e PROCESSOS IG.

NOME DO SERVIDOR	NOME	MOVIMENTOS IG	TAREFAS IG	PROCESSOS IG
<input type="checkbox"/> ADRIANA VASCONCELOS MARINHO	ADRIANA VASCONCELOS MARINHO	3.905	7.637	351
<input type="checkbox"/> JANA BEATRIZ LISBOA ALVES	JANA BEATRIZ LISBOA ALVES	2.087	3.334	246
<input type="checkbox"/> SILVIA CORRÊA TUI	SILVIA CORRÊA TUI	5.992	11.023	457
	Total			

Observação da Corregedoria: Os servidores são lotados na Vara Agrária de Santarém e são os mesmos do Juizado Especial do Meio Ambiente Adjunto de Santarém.

3. INSTALAÇÕES DA UNIDADE:

3.1. Houve pleito administrativo para resolução de problemas estruturais porventura identificados na última correição tanto do Gabinete quanto da Secretaria? Qual a última movimentação do expediente?

Anotação da Unidade: Sim, o pleito administrativo foi autuado sob o nº 0000227-31.2022.2.00.0814 e encontra-se arquivado definitivamente.

Observação da Corregedoria: O pleito administrativo referenciado acima trata sobre a correição ordinária da Vara Agrária referente ao ano de 2021.

4. DADOS ESTATÍSTICOS:

4.1. PROCESSOS JUDICIAIS:

Data da coleta de dados pela Unidade: 13/11/2023.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Dados processuais	Total no período do preenchimento do questionário	Total na data da Inspeção (21/11/2023)
Total de processos que compõem o acervo ativo	49	53 (Gestão) 59 (PJe)
Total de processos suspensos, sobrestados ou arquivados provisoriamente	14	12 (Gestão) 12 (PJe)
Total de processos em tramitação na Vara, incluindo suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente (acervo total)	63	65 (Gestão) 71 (PJe)
Total do acervo com prioridade	0	00
Total de processos sem movimentação há mais de 100 dias em Secretaria (excluídos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente)	0	00
Total de processos conclusos para o(a) magistrado (a)	9	12
Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a) há mais de 100 dias	0	00
Total de processos envolvendo prioridade legal conclusos há mais de 100 dias	0	00
Total de processos julgados e não baixados	19	20



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



Tribunal de Justiça do Estado do Pará
 PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

SANTARÉM JUIZADO ESPECIAL DO MEIO AMBIENTE DE SANTARÉM

ACERVO	ACERVO ATIVO	PARALISADOS+100	CONCLUSOS	CONCLUSOS+100
	53	0	12	0

ACERVO COM PRIORIDADE Detalhamento Detalhamento

PROCESSOS SUSPENSOS

CASOS NOVOS

PROCESSOS BAIXADOS

PROCESSOS META 1

IPM - Índice de Produtividade do Magistrado

Paralisado entre (dias):
 1 15113

Último movimento
 Todos

Sistema
 Todos

Acervo ativo por classe e situação processual

CLASSE	EM ANDAMENTO	JULGADO	Total
Crimes Ambientais	30	22	52
Carta Precatória Criminal	1	1	1
Total	31	22	53

Lista de processos no acervo ativo da unidade

Nº DO PROCESSO	ANO DO PROCESSO	SITUAÇÃO	SISTEMA	IDCLASSE	CLASSE
08156973920228140051	2022	EM ANDAMENTO	PIEIG	293	Crimes Ambientais
08055447820218140051	2021	JULGADO	PIEIG	293	Crimes Ambientais
08153264120238140051	2023	EM ANDAMENTO	PIEIG	293	Crimes Ambientais
08085899020218140051	2021	JULGADO	PIEIG	293	Crimes Ambientais
08125726320228140051	2022	EM ANDAMENTO	PIEIG	293	Crimes Ambientais
08106582720238140051	2023	EM ANDAMENTO	PIEIG	293	Crimes Ambientais

Área
 Todos

Em Gabinete (S: sim; N: não)
 Todos

Gratuidade (S: sim; N: não)
 Todos

Sigilo (S: sim; N: não)
 Todos

Juízo 100% Digital (S: sim; N: não)
 Todos

Prioridade (S: sim; N: não)
 Todos

Liminar/Tutela (S: sim; N: não)
 Todos

Número do processo
 Todos

<input checked="" type="checkbox"/> Tarefas	71
Filtros Exemplo	▼
[CRIM] Aguardando apreciação pela instância superior	5
[CRIM] Aguardando prazo	13
[CRIM] Aguardar realização de audiência	16
[CRIM] Arquivo provisório	9
[CRIM] Minutar ato de decisão	2
[CRIM] Minutar ato de despacho	13
[CRIM] Minutar ato de julgamento	2
[CRIM] Processo suspenso	3
[CRIM] Verificar providência a adotar	8

Tarefas Secretaria



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

<input checked="" type="checkbox"/> Tarefas	33
Filtros Exemplo	▼
[CRIM] Aguardar realização de audiência	16
[CRIM] Minutar ato de decisão	2
[CRIM] Minutar ato de despacho	13
[CRIM] Minutar ato de julgamento	2

Tarefas Gabinete



Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU
AMBIENTE DE RELATÓRIOS

SANTARÉM JUIZADO ESPECIAL DO MEIO AMBIENTE DE SANTARÉM

JULGADOS E NÃO BAIXADOS
20

Resumo de processos julgados e não baixados

CLASSE	JULGADOS E NÃO BAIXADOS
Crimes Ambientais	20
Total	20

Lista de processos julgados e não baixados

Nº PROCESSO	CÓD. CLASSE	DESISTEMA	CLASSE	ASSUNTO	CÓD. MOVIMENTO	ÚLTIMO MO
08020438220228140051	293	PIE1G	Crimes Ambientais	10986 - Crime contra a administração ambiental	985	MANDADO
080497702120228140051	293	PIE1G	Crimes Ambientais	3621 - Da Poluição	985	MANDADO
08049737320228140051	293	PIE1G	Crimes Ambientais	3621 - Da Poluição	985	MANDADO
08052672820228140051	293	PIE1G	Crimes Ambientais	3619 - Crimes contra a Fauna	581	Documento
08052984820228140051	293	PIE1G	Crimes Ambientais	3619 - Crimes contra a Fauna	85	Petição
08054878920228140051	293	PIE1G	Crimes Ambientais	3621 - Da Poluição	85	Petição
08055447820218140051	293	PIE1G	Crimes Ambientais	10986 - Crime contra a administração ambiental	12270	Documento
08056038520228140051	293	PIE1G	Crimes Ambientais	3620 - Crimes contra a Flora	85	Detenção

JULGADOS E NÃO BAIXADOS

Número do processo
Todos

Gratuidade (S: sim; N: não)
Todos

Sigilo (S: sim; N: não)
Todos

Juízo 100% Digital (S: sim; N: não)
Todos

Prioridade (S: sim; N: em branco)
Todos

Julgados e não baixados.

4.2. FLUXO PROCESSUAL NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

*Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária (entrada de feitos/distribuição/redistribuição)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Processos judiciais	Quantidade	Qtd na data da inspeção (21/11/2023)
Total de processos distribuídos e redistribuídos	14	15
Total de processos julgados	11	11
Total de processos baixados definitivamente do acervo	7	08

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
 PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU
 AMBIENTE DE RELATÓRIOS

SANTARÉM JUÍZADO ESPECIAL DO MEIO AMBIENTE DE SANTARÉM

ENTRADA DE FEITOS
15

Resumo de entrada de feitos judiciais na unidade

CATEGORIA/FASE/AREA	DISTRIBUIÇÃO	Mudança de Classe Processual	Redistribuição	Total
CONHECIMENTO CRIMINAL	11	2	1	14
PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS			1	1
Total	11	2	2	15

Selecione um período:
 21/08/2023 20/11/2023

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
 PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU
 AMBIENTE DE RELATÓRIOS

SANTARÉM JUÍZADO ESPECIAL DO MEIO AMBIENTE DE SANTARÉM

Resumo de produção do gabinete

NOME	DESPACHOS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	TOTAL DE SENTENÇAS	SENTENÇAS HOMOLOGATÓRIAS	RECURSOS
DAVID WEBER AGUIAR COSTA	15		1		
MANUEL CARLOS DE JESUS MARIA	53		8	11	
Total	68		9	11	

Selecione um período:
 21/08/2023 20/11/2023

NOME	DESPACHOS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	TOTAL DE SENTENÇAS	SENTENÇAS HOMOLOGATÓRIAS	RECURSOS INTERNOS JULGADOS
DAVID WEBER AGUIAR COSTA	15		1		
MANUEL CARLOS DE JESUS MARIA	53		8	11	
Total	68		9	11	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



4.3. PRODUTIVIDADE DOS(AS) MAGISTRADOS(AS) NOS ÚLTIMO 03 (TRÊS) MESES:

**Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária/identificar a produtividade individualizada por magistrado que tenha atuado na Unidade no período*

Atos processuais dos(as) Juízes/Juízas	Quantidade	Qtd na data da inspeção (21/11/2023)
Decisões interlocutórias	9	9
Despachos	65	68
Sentenças com resolução mérito	9	11
Sentenças sem resolução mérito	2	0
Audiências realizadas	10	17



Tribunal de Justiça do Estado do Pará
 PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU
 AMBIENTE DE RELATÓRIOS

SANTARÉM JUIZADO ESPECIAL DO MEIO AMBIENTE DE SANTARÉM

Resumo de produção do gabinete

NOME	DESPACHOS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	TOTAL DE SENTENÇAS	SENTENÇAS HOMOLOGATÓRIAS	RECURSOS
DAVID WEBER AGUIAR COSTA	15	1			
MANUEL CARLOS DE JESUS MARIA	53	8	11		
Total	68	9	11		

MOVIMENTAÇÕES DO GABINETE

Seleção um período:
 21/08/2023 20/11/2023



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

SANTARÉM JUIZADO ESPECIAL DO MEIO AMBIENTE DE SANTARÉM

IPM - Índice de Produtividade do Magistrado

31
Índice de Produtividade do Magistrado

31
Processos Baixados

1
Magistrado(s)

Lista de magistrado(s) lotados na Unidade

MATRÍCULA	NOME	CARGO	VÍNCULO	TIPO CNU	AFASTAMENTO
113255	MANUEL CARLOS DE JESUS MARIA	Juiz(a) de 2ª Entrância	Magistrados	TPMag	

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU
AMBIENTE DE RELATÓRIOS

SANTARÉM JUIZADO ESPECIAL DO MEIO AMBIENTE DE SANTARÉM

TAXA DE REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS

100%

Data da audiência: 21/08/2023 21/11/2023

Lista de processos movimentados pelo gabinete

Nº PROCESSO	CÓD. CLASSE	CLASSE	DATA	TIPO DE AUDIÊNCIA
08013209720218140051	293	Crimes Ambientais	20/09/2023 09:00:00	Instrução e Julgamento
08013209720218140051	293	Crimes Ambientais	20/09/2023 13:50:10	Instrução e Julgamento
08016099320228140051	293	Crimes Ambientais	23/08/2023 09:00:00	Justificação
08016099320228140051	293	Crimes Ambientais	23/08/2023 09:41:24	Justificação

TIPO DE AUDIÊNCIA QUANTIDADE

AUDIÊNCIAS DESIGNADAS	17
AUDIÊNCIAS REALIZADAS	17
AUDIÊNCIAS REDESIGNADAS	1

AUDIÊNCIAS

Assinante: Todos

5. METAS NACIONAIS:

5.1. Quem realiza o controle/acompanhamento dos índices de cumprimento das Metas Nacionais? Existe plano de ação adotado na Unidade? Em caso positivo, anexar cópia.

Anotação da Unidade: Juiz titular. Não existe plano de ação.

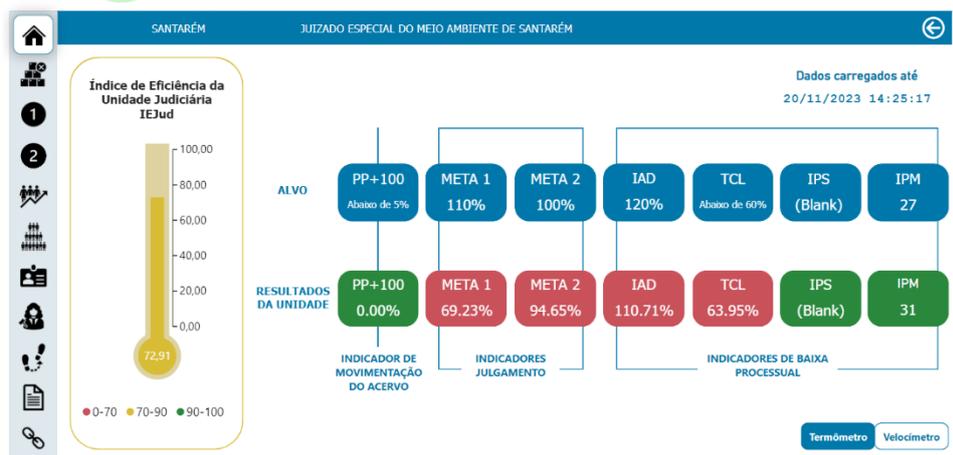
Observação da Corregedoria: As Metas Nacionais 1 e 2 ainda não foram cumpridas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU



6. ROTINA DE TRABALHO DA SECRETARIA:

6.1. Sobre o fluxo processual assinale as etapas que são operacionalizadas:

- a. (X) Fluxo processual: triagem, conferência e correção de cadastro de classes e assuntos processuais;
- b. (X) Conferência e registro de todas as informações de todos(as) os(as) réus(rés) (*nome completo, data de nascimento, filiação, CPF, RG e último endereço*);
- c. (X) Análise, controle e tempo médio para análise de processos vindos do Gabinete;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

- d. Movimentação processual;
- e. Elaboração de minutas e revisão;
- f. Gestão de rotinas e da equipe, controle estatístico e produtividade da equipe;
- g. Gestão do acervo: são controlados os prazos de vencimento de benefícios?
- h. Retificação de autuação no sistema PJE após recebimento da denúncia
- i. Registro dos dados de prisão e soltura dos(as) réus(rés) e atualização das informações constantes da aba "Informações Criminais"

6.2. Há fluxo de trabalho para o recebimento de informações sobre a instauração de qualquer investigação criminal, inquérito policial ou procedimento de investigação criminal no Ministério Público, no prazo previsto no Código de Processo? *(Diretriz Estratégica n. 4 – Desenvolver e regulamentar fluxos de trabalho, pelos juízos criminais, para o recebimento de informações sobre a instauração de qualquer investigação criminal, inquérito policial ou procedimento de investigação criminal no Ministério Público, no prazo previsto no Código de Processo Penal, comunicando-se à Corregedoria local)*

Anotação da Unidade: Não se aplica.

6.3. Como é organizado o atendimento ao público? Quais são os meios utilizados? A Unidade realiza atendimentos através da ferramenta "Balcão Virtual"? *(Resolução n. 372/2021-CNJ, de 12/02/2021 e Portaria n. 1724/2021-GP, de 18/05/2021)*

Anotação da Unidade: O atendimento ao público é realizado majoritariamente presencialmente tendo em vista a especificidade da matéria. Para os jurisdicionados que preferem atendimento virtual é



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

utilizado os aplicativos de troca de mensagens (whatsapp etc), sem prejuízo do atendimento ao balcão virtual que é o menos requisitado.

6.4. Quantos processos envolvendo presos(as) provisórios(as) se encontram tramitando na Unidade? De que forma são sinalizados e controlados todos os processos nos quais há ré(u) presa(o) provisória(o)? *(Deve a Unidade anexar relatório e/ou controle em arquivo word ou excel contendo todos os processos que envolvam réus presos provisórios, com informação do nome do réu, número do processo, capitulação penal, registro INFOPEN/BNMP, data da prisão, estabelecimento de custódia, última movimentação e data da mais recente revisão da necessidade de prisão, conforme dispõe o artigo 316 do CPP)*

Anotação da Unidade: Não se aplica.

Observação da Corregedoria: A Unidade não possui presos.

Dados Gerais - Pessoa por Status

Filtrar

Data Inicial: _____ Data Final: _____

Nome: **JUIZADO ESPECIAL DO MEIO AMBIENTE DE SANTARÉM** Buscar Órgãos Vinculados Sexo: _____

Tipo de Peça: _____ Status: _____

X Limpar Q Pesquisar

Internados

- Internado Provisório
- Internado Execução Provisória
- Internado Execução Definitiva

Presos

- Preso Provisório
- Preso Civil
- Preso Condenado em Execução Provisória
- Preso Condenado em Execução Definitiva

Outros Status:

- Procurado
- Foragido
- Morto
- Em liberdade

Resultado da pesquisa

ETIQUETAS

EXATISQ

RÉU PRESO

Nenhum processo etiquetado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

6.5. Há processos envolvendo presos(as) provisórios(as) tramitando há mais de 180 (cento e oitenta) dias? *(Resolução n. 66/2009-CNJ - Cria mecanismo de controle estatístico e disciplina o acompanhamento, pelos juízes e Tribunais, dos procedimentos relacionados à decretação e ao controle dos casos de prisão). É realizada a revisão da manutenção de prisão cautelar da(o)s ré(u)s presa(o)s provisória(o)s a cada 90 (noventa) dias?* *(artigo 316, parágrafo único do Código de Processo Penal)*

Anotação da Unidade: Não se aplica.

6.6. Qual a média de tramitação dos processos envolvendo ré(u)s presa(o)s provisória(o)s entre a data da prisão e o julgamento? *(Diretriz Estratégica n. 13/2023 do Conselho Nacional de Justiça – Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, relatório analítico dos processos de presos provisórios pendentes de julgamento, apontando o tempo médio de tramitação, bem como daqueles julgados no 1º semestre de 2022, apontando o tempo médio entre a data da prisão e o julgamento)*

Anotação da Unidade: Não se aplica.

6.7. Quais são os estabelecimentos penais sob responsabilidade do Juízo? O(A) Magistrado (a) tem realizado inspeções mensais e inserido o respectivo relatório sobre as condições do estabelecimento no Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP?

Anotação da Unidade: Não se aplica.

7. MANDADOS/CENTRAL DE MANDADOS/CARTAS PRECATÓRIAS:

7.1. A Unidade está vinculada a Central de Mandados?

Anotação da Unidade: Sim.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

7.2. Há efetivo controle pela Secretaria sobre o prazo de cumprimento dos mandados pelos(as) oficiais(las) de justiça? Qual o meio utilizado para verificação desse controle? Qual a periodicidade? Qual a providência adotada para o caso de retardamento da prestação jurisdicional em razão de atraso e/ou não devolução de mandados?

Anotação da Unidade: Sim, os processos com mandados por cumprir são etiquetados para serem verificados toda semana. Em caso de retardamento na devolução, a cobrança é feita diretamente ao oficial de justiça responsável pela diligência.

Observação da Corregedoria: Na data da inspeção havia somente um mandado pendente de cumprimento.

A captura de tela mostra a interface de um sistema de gestão de mandados. No topo, há campos para filtrar por data (De: , Até: 06/10/2023) e meio de comunicação (Central de Mandados). Abaixo, há campos para Classe Judicial e Assunto, com botões PESQUISAR e LIMPAR. À direita, há um campo para Tipo de documento (Selecione) e uma opção Expedientes em destaque? marcada. O resultado da busca mostra uma única entrada: Pendente (1). Abaixo disso, há uma lista de filtros: Sem registro de intimação (0), Confirmada pelo destinatário e dentro do prazo (0), Confirmado pelo PJe e dentro do prazo (0), Prazo encerrado nos últimos 10 dias (0) e Sem prazo (0). Na base da tela, há uma tabela com uma única linha de dados:

Processo	Destinatário	Meio de comunicação	Data de criação	Prazo final	Ações
0807928-52.2021.8.14.0051	[REDACTED]	Central de Mandados	16/08/23 08:42		[Ícone de lupa] [Ícone de documento] [Ícone de impressão]

7.3. A Unidade adota modelo de mandado no PJE? (anexar o modelo)

Anotação da Unidade: Sim.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Processo Judicial Eletrônico
Tribunal de Justiça do Pará
Juizado Especial Criminal Ambiental

MANDADO DE INTIMAÇÃO – AUDIÊNCIA PRELIMINAR

Processo: [REDACTED]
Autos de Crime Ambiental – art. 50, da Lei n.º 9.605/98
Autor(a)(es) do Fato: [REDACTED]
Endereço: [REDACTED]
SANTARÉM/PA.
Vítima: a Coletividade

Audiência Preliminar: dia 28/11/2023, às 09h20min.

O DR. [REDACTED], JUIZ DE DIREITO RESPONDENDO PELA VARA AGRÁRIA E JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DO MEIO AMBIENTE, DESTA COMARCA DE SANTARÉM, ESTADO DO PARÁ REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, ETC.

MANDA a qualquer um dos Oficiais de Justiça desta Comarca a quem este for apresentado, estando devidamente assinado, extraído dos autos do processo criminal acima mencionado que em seu cumprimento dirija-se nesta Comarca, ao local onde mora, viva ou possa ser(em) encontrado o(a)(s) autor(a)(es) do Fato [REDACTED] nesta Cidade, e sendo aí, após as formalidades legais, **INTIME-O(A)(S)** para comparecer(em) à **AUDIÊNCIA DE TRANSAÇÃO PENAL**, supra citada no processo acima mencionado, que realizar-se-á no Juizado Especial Criminal do Meio Ambiente, sito à Av. Mendonça Furtado, s/nº., Bairro Liberdade – Fórum de Santarém, nas dependências da Vara Agrária, devendo o(a)(s) mesmo(a)(s) comparecer(em) na citada audiência acompanhado(a)(s) de advogado, caso contrário, será feita a nomeação de defensor dativo. Registre-se que a Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV da CF/88. CUMPRE-SE na forma e sob as penas da lei. Dado e passado nesta cidade de Santarém, Estado do Pará, Secretaria do Juizado Especial Criminal, aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três. Eu _____, (Sílvia Tuji), o digitei.

De Ordem do MM Juiz de Direito

[REDACTED] JECrim do Meio Ambiente

7.4. Com que regularidade é realizada a depuração dos mandados encaminhados à Central de Mandados e que não foram distribuídos ou perderam validade nos últimos 06 (seis) meses? Anotar o número de mandados pendentes constante no ícone expediente da Secretaria (vide Ofício Circular nº 19/2023-CGJ).

Anotação da Unidade: Toda semana é feita uma verificação de mandados pendentes (seja que não foram distribuídos ou perderam sua validade). O número de mandados é 0.

Observação da Corregedoria: Não há mandados a serem depurados anteriores a seis meses.

7.5 Qual a antecedência que a Secretaria envia o mandado “não urgente” para cumprimento?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Anotação da Unidade: Com 40 a 30 dias.

7.6. Considerando a Vara como juízo deprecante, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Foi realizada comunicação à Corregedoria?

Anotação da Unidade: Não há carta precatória aguardando cumprimento há mais de 03 meses nas condições apontadas.

Observação da Corregedoria: Foram encontradas 7 cartas precatórias, algumas com o prazo de cumprimento superior a três meses extrapolado (Processo nº 0809719-18.2021.8.14.0051).

Recomendação: Solicitar a devolução das cartas precatórias que estão aguardando cumprimento há mais de três meses.

A captura de tela do sistema PJe mostra uma interface de busca. No topo, há um menu com o ícone de PJe. Abaixo, há uma barra de busca com o termo 'precat' e um botão de lupa. À esquerda, há uma barra lateral com ícones de navegação. No centro, há uma barra de status que indica 'Encontrados 7 processos.'. Abaixo disso, há uma lista de resultados de busca. O primeiro resultado é 'Crimes contra a Flora' / Juizado Especial do Meio Ambiente de Santarém / Juiz de Direito. Abaixo dele, há uma barra de status que indica 'ÚLTIMA MOVIMENTAÇÃO: JUNTADA DE PETIÇÃO DE DILIGÊNCIA' e 'AGUARDANDO RETORNO DE CARTA PRECATÓRIA X' e 'AUDIÊNCIA 11/2023 X'. O segundo resultado é idêntico ao primeiro.

7.7. Considerando a Vara como juízo deprecado, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Caso positivo, justifique os motivos para a morosidade.

Anotação da Unidade: Não há carta precatória aguardando cumprimento há mais de 03 meses.

Observação da Corregedoria: Foi encontrada apenas uma carta precatória no acervo ativo da Unidade. Processo nº 0813973-63.2023.8.14.0051, intimação do autor do fato para se manifestar sobre a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

proposta de transação penal, cujo mandado foi cumprido em 20/11/2023.

SANTARÉM JUIZADO ESPECIAL DO MEIO AMBIENTE DE SANTARÉM

ACERVO	ACERVO ATIVO	PARALISADOS+100	CONCLUSOS
	1	0	0

ACERVO COM PRIORIDADE

PROCESSOS SUSPENSOS

CASOS NOVOS

PROCESSOS BAIXADOS

PROCESSOS META 1

PROCESSOS META 2

Paralisado entre (dias): 1 15113

Acervo ativo por classe e situação processual

CLASSE	EM ANDAMENTO	JULGADO	Total
Crimes Ambientais	30	22	52
Carta Precatória Criminal	1		1
Total	31	22	53

Lista de processos no acervo ativo da unidade

Nº DO PROCESSO	ANO DO PROCESSO	SITUAÇÃO	SISTEMA	IDCLASSE	CLASSE
08139736320238140051	2023	EM ANDAMENTO	PJE1G	355	Carta Precatória Criminal

8. DO BANCO NACIONAL DE MEDIDAS PENAIS E PRISÕES – BNMP:

8.1. A Unidade observa os termos da Resolução n. 417/2021 do Conselho Nacional de Justiça com relação à expedição de documentos no BNMP? A Unidade realiza diligente e eficientemente a verificação do sistema para sanar eventuais inconsistências de informações e cadastros de mandado de prisão e alvará de soltura da(o)s ré(u)s, inclusive com verificação se a(o) ré(u) possui RJI (Registro Judicial Individual)? Os dados relacionados aos presos provisórios, procurados, réus beneficiados com alvará de soltura, possíveis RJI's duplicados e óbitos e se encontram devidamente regulares no BNMP? – (Resolução n. 417/2021-CNJ - Institui e regulamenta o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0) e dá outras providências).

Anotação da Unidade: Não se aplica.

Observação da Corregedoria: Não há presos na Unidade.

8.2. Considerando a Resolução n. 113/2010 do CNJ, há expedição da guia de recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias nos processos de réu preso, em que proferida sentença condenatória? (Dispõe sobre o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança e dá outras providências)

Anotação da Unidade: Não se aplica.

8.3. O cumprimento dos alvarás de soltura ou do mandado de desinternação observa o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas previsto no artigo 6º da Resolução n. 417/2021-CNJ, de 20/09/2021?

Anotação da Unidade: Não se aplica.

8.4. Ao expedir o alvará de soltura ou mandado de desinternação, a Unidade realiza consulta ao sistema nacional ou de informação criminal se o(a) acusado(a) foi preso(a) em flagrante por outro delito ou se há em seu desfavor mandados de prisão por outro crime? Qual o tempo médio para verificação?

Anotação da Unidade: Não se aplica.

8.5. Constatada a falta de cumprimento do alvará de soltura, na forma e prazo legal, o(a) juiz(íza) comunica a irregularidade à Corregedoria-Geral de Justiça ou ao Juízo deprecado, bem como ao Ministério Público?

Anotação da Unidade: Não se aplica.

9. DO CONTROLE DOS PRAZOS PRESCRICIONAIS:

9.1. De que forma é realizado/identificado o controle dos prazos prescricionais nos processos em tramitação na Unidade, de forma a observar a Resolução n. 112/2010-CNJ? (Resolução 112/2010-CNJ- institui mecanismo para controle dos prazos de prescrição nos tribunais e juízos dotados de competência criminal)

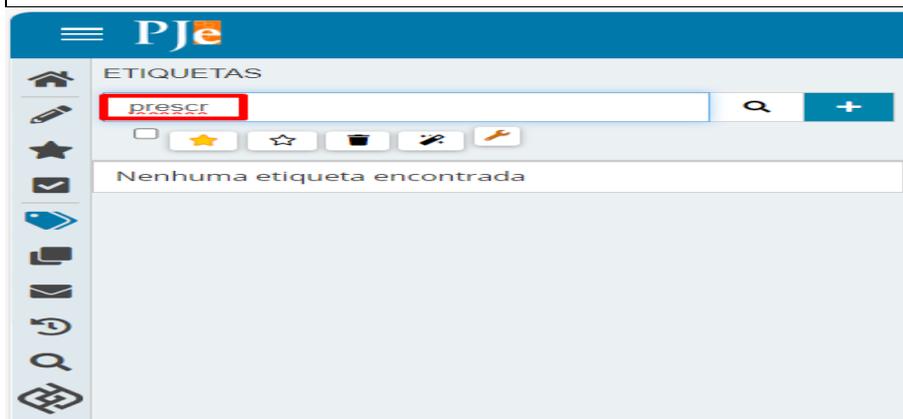


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Anotação da Unidade: É realizado de forma manual considerando o reduzido acervo processual.

Observação da Corregedoria: A Unidade não possui etiqueta para controle do prazo prescricional.

Recomendação: Utilizar etiquetas por ano/mês.



9.2 Qual a data da última verificação dos processos que se encontram suspensos com fundamento no artigo 366 do Código de Processo Penal, para cumprimento do procedimento determinado pelo Provimento n. 15/2009-CJRMB? (*Provimento n. 15/2009-CJRMB – dispõe acerca dos procedimentos a serem adotados pelas Varas Criminais nos casos de processos suspensos com base no artigo 366 do Código de Processo Penal*)

Anotação da Unidade: Não se aplica.

9.3. Em processos que se encontravam suspensos, a Unidade observa o procedimento recomendado na Nota Técnica elaborada pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística-DPGE/TJPA, encaminhada através do ofício circular n. 048/2022-CGJ, quanto à premente necessidade de retirada da condição de suspensão/sobrestamento de autos antes do movimento de julgamento/baixa de processos no sistema PJE? (*Ofício circular n. 048/2022-CGJ, expedido nos autos PJECOR n. 0002009-73.2.00.0814*)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Anotação da Unidade: Em observância ao referido normativo, o sobrestamento/suspensão dos feitos é realizado pela secretaria da unidade.

Observação da Corregedoria: O sobrestamento/suspensão do processo deve ocorrer no gabinete com lançamento do movimento correto no PJe.

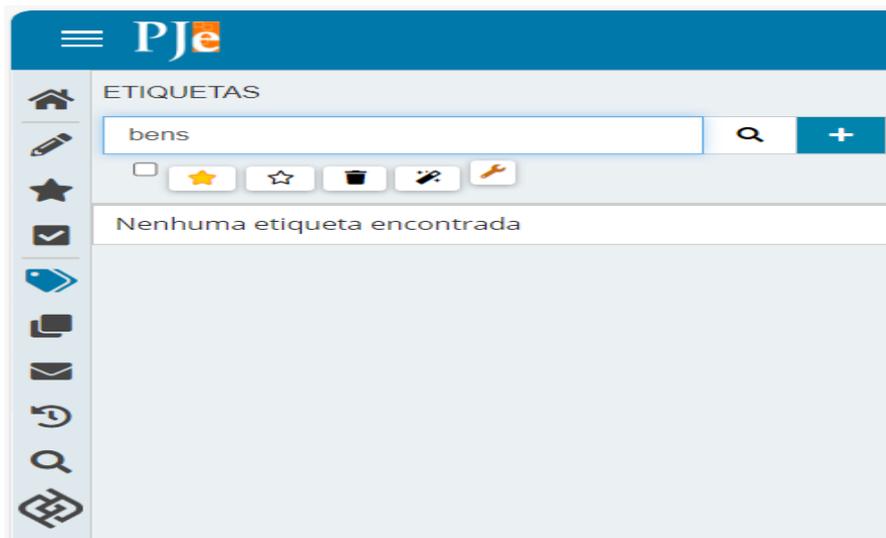
10. BENS APREENDIDOS:

10.1. De que forma a Unidade realiza identificação no PJe dos processos que possuem bens apreendidos vinculados?

Anotação da Unidade: Quando há bens apreendidos a comunicação é feita pela autoridade policial.

Observação da Corregedoria: Os servidores não sabem cadastrar bens no PJe.

Recomendação: Foram orientados a realizar o cadastramento de bens no PJe com acesso aos autos digitais, menu – juntar documentos, selecionando tipo de documento – bens apreendidos – definir se cadastramento – selecionar o tipo de bem, discriminar o bem e efetuar a assinatura.



Pje da Unidade em que não consta etiqueta de bens



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

10.2. Há passivo de bens que foram cadastrados no SNBA (Sistema Nacional de Bens Apreendidos) em que há pendência de registro de sua destinação (destruição/devolução/perdimento/etc.), após eventuais providências determinadas pelo(a) magistrado(a) nos autos criminais, em cumprimento ao Provimento Conjunto n. 02/2021-CJRMB/CJCI (Ofício circular n. 54/2022-CGJ)? A Unidade está realizando o cadastramento de bens através do novo Sistema Nacional de Gestão de Bens-SNGB, nos termos da Resolução n. 483/CNJ-2022? (Resolução n. 483-CNJ, de 19/12/2022 - Institui o Sistema Nacional de Gestão de Bens e dá outras providências)

Anotação da Unidade: Não há bens pendentes de registro.

Observação da Corregedoria: Não há bens cadastrados no SNBA. A destinação dos bens apreendidos é feita pelos órgãos que apreendem como Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Secretaria Estadual do Meio Ambiente, IBAMA e ICMBio. A servidora da Secretaria informou que somente tiveram uma situação de dois bens apreendidos em processos arquivados, sem destinação, mas já resolvido e atualmente não há bens apreendidos vinculados à Unidade.

Os servidores não fizeram o curso do sistema de gestão de bens.

Principal Cadastrar Pesquisar Vincular Relatórios Contato Manual Voltar Sair

Pesquisar Bens

Tribunal de Justiça Estadual: Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Comarca: 1º GRAU - TJPA

Comarca: SANTAREM

Varas e Juizados Estaduais: JUIZADO ESPECIAL DO MEIO AMBIENTE DE SANTARÉM

Bem Apreendido: Todos:

Destinação do Bem: Todas:

Descrição Complementar do Bem:

Pesquisar Imprimir Imprimir Detalhado

Bem Apreendido	Tipo	Quantidade	Valor(R\$)	Núm. Processo
Nenhum Bem encontrado.				



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

10.3. Os servidores da Unidade realizaram o curso de capacitação do SNGB disponibilizado pela plataforma EAD da Escola Judicial do Estado do Pará e pela plataforma educacional do Conselho Nacional de Justiça?

Anotação da Unidade: Não foi realizado o curso em questão pelos servidores desta unidade.

Recomendação da Corregedoria: Os servidores devem realizar o treinamento no sistema do CNJ, SNGB, disponível pelo link <https://www.cnj.jus.br/eadcnpj/course/index.php?categoryid=3>

11. ROTINA DE TRABALHO NO GABINETE:

11.1. Consultando o controle dos processos paralisados há mais de 100 (cem) dias em Gabinete restou constatado processos com etiqueta de prioridade?

Anotação da Unidade: Não há processos paralisados há mais de 100 (cem)dias.

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

SANTARÉM JUIZADO ESPECIAL DO MEIO AMBIENTE DE SANTARÉM

Lista de processos paralisados há mais de 100 dias

Nº DO PROCESSO	ANO DO PROCESSO	TEMPO DE PARALISAÇÃO	SITUAÇÃO	SISTEMA	IDCLASSE	CLASSE
----------------	-----------------	----------------------	----------	---------	----------	--------

Em Gabinete (S: sim; N: não) Todos

Gratuidade (S: sim; N: não) Todos

Sigilo (S: sim; N: não) Todos

Juízo 100% Digital (S: sim; N: não) Todos

Prioridade (S: sim; N: não) Todos

Número do processo Todos

PP+ 100 - Processos Paralisados há mais de 100 dias

0,00% Paralisados +100 dias

0 Acervo Paralisado

53 Acervo Ativo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

11.2. Qual o controle estabelecido dos processos paralisados há mais de 100 (cem) dias em Gabinete?

Anotação da Unidade: O controle é realizado através do Painel de Gestão Judiciária (IEJud)

12. DAS AUDIÊNCIAS:

12. Está sendo observada a Resolução nº 21/2022-TJPA, que regula a realização de audiência judicial por videoconferência ou telepresencial?

Anotação da Unidade: Sim. As audiências são feitas de forma presencial pelo Magistrado. Entretanto, o Ministério Público 90% das audiências são feitas de forma remota. A Promotora encaminha a proposta de transação penal de forma escrita, para que seja feita a proposta em audiência, registrando em ata a ausência do Ministério Público.

12.1. Com base na pauta de audiência do mês anterior, identifique o número de audiências realizadas na modalidade presencial, virtual ou híbrida. No processo em que ocorreu audiência não presencial consta pleito das partes ou do Ministério Público?

Anotação da Unidade: No mês anterior (outubro) não ocorreram audiências em nenhuma modalidade tendo em vista que o magistrado titular se encontrava em gozo de férias.

12.1. Quanto às audiências de custódia, é observado o prazo para sua realização determinado pela Resolução n. 2013/2015-CNJ, de 15/12/2015 e do Provimento Conjunto n. 01/2016-GP/CJCI/CJRMB? (Resolução n. 2013/2015-CNJ – Dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas. Provimento Conjunto n. 01/2016-GP/CJCI/CJRMB – regulamenta a audiência de custódia no âmbito do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

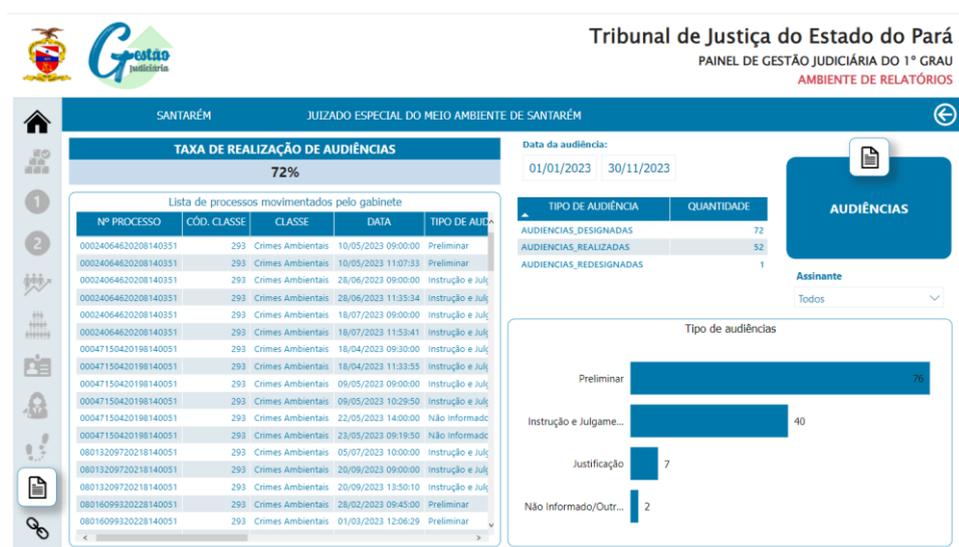
Poder Judiciário do Estado do Pará)

Anotação da Unidade: Não se aplica.

12.2. Qual a data em que foi realizada a última audiência de custódia?

Anotação da Unidade: Não se aplica, pois o Juizado por ser vinculado a Vara Agrária não faz parte do plantão.

12.3. Perfil da pauta:



a) Quantas audiências estão pautadas para o mês seguinte à inspeção?

Anotação da Unidade: 02

b) Para qual data está designada audiência mais distante de pessoa que se encontra presa?

Anotação da Unidade: Não se aplica.

13. VARA COM COMPETÊNCIA DE TRIBUNAL DO JÚRI: Não se aplica

14. EXECUÇÃO PENAL: PREJUDICADO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

15. CORREIÇÃO ANUAL:

15.1. Data da última correição anual realizada na Unidade Judicial pela Corregedoria Geral e pelo magistrado/magistrada da Unidade. Qual o número de registro dos relatórios no sistema PJECOR?

Anotação da Unidade: 17/01/2023. Ainda não houve manifestação da CGJ a respeito da Correição apresentada (PJeCOR nº 0003771-27.2022.2.00.0814)

Observação da Corregedoria: O Diretor de Secretaria informou que a última correição realizada pela Corregedoria Geral de Justiça ocorreu no ano de 2017.

15.2. Existem registros de recomendações na correição ordinária anterior realizada pela Corregedoria Geral que não foram integralmente cumpridas? Quais?

Anotação da Unidade: RECOMENDAÇÕES

A Corregedoria Geral relaciona orientações a serem estabelecidas nas rotinas da Unidade ou quando em atuação no plantão da Comarca:

Apresentar plano de ação anual para a unidade, com atualizações trimestrais, ainda que se adote o Projeto Eficiência do CNJ. O Plano deve ter como principais objetivos: alcance das metas nacionais, baixa processual e a realização de audiências, devendo solicitar apoio da Coordenadoria de Planejamento e Gestão do TJPA;

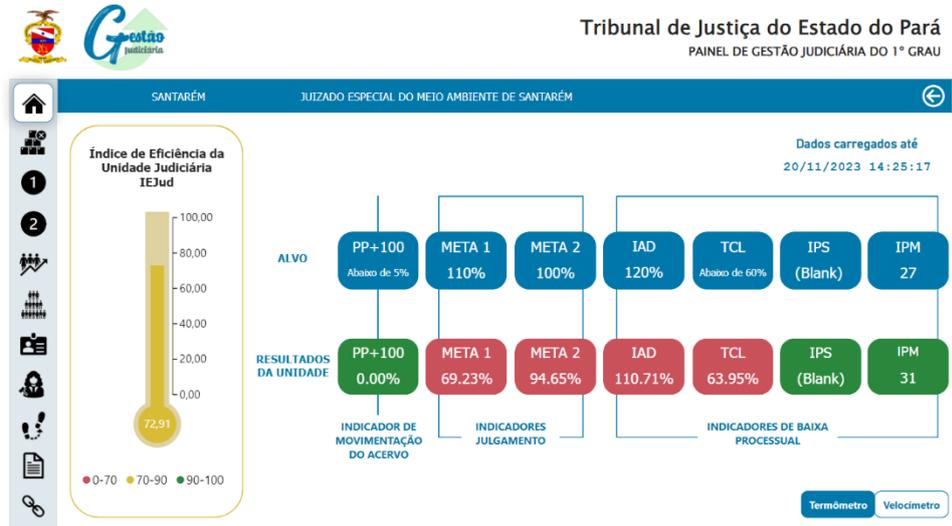
Estabelecer plano de produtividade pelo menos trimestral entre os servidores presenciais e tele presenciais, providenciando sua publicação.

Observação da Corregedoria: A última correição ordinária realizada na Unidade pela Corregedoria ocorreu no ano de 2017.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

16. DADOS ESTATÍSTICOS: *A ser preenchido pela Corregedoria Geral de Justiça*



IEJud



PP + 100



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



PIB



Metas

17. OBSERVAÇÕES DA CORREGEDORIA:

Os servidores da Secretaria informaram que em relação ao mobiliário, equipamento e infraestrutura, a Unidade está adequada.

O Diretor de Secretaria não sabe informar por que o IEJud da Unidade não é bom, pois tem poucos processos, com regular tramitação.

Não há necessidade de mais servidores para a Unidade.

A Unidade não tem bem apreendido, pois a apreensão e destinação dos bens é feita pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Secretaria Estadual do Meio Ambiente, IBAMA e ICMBio.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Foi mostrado o painel de gestão pela Juíza Auxiliar à equipe de servidores e ao Magistrado, e verificado que na META 2 há quatro processos para julgamento referente a meta, sendo necessário o julgamento de 02 processos para cumprimento da META 2:

Processos					
i	IDlot	Processo	V	Ctg	
3	1913	00001442620208140351	P2.2		1
3	1913	00004277620208140051	P2.2		1
3	1913	00004355320208140051	P2.2		1
3	1913	00022020220208140351	P2.2		1
#					4

O Magistrado reportou que a Promotora de Justiça do Juizado Criminal Ambiental Dra. Lílian Regina Furtado Braga participa das audiências de instrução de forma online. E, no que se refere as propostas de transação penal, essas são feitas de forma escrita nos autos referentes, pela Promotora, pois raramente a Promotora de Justiça se faz presente às audiências, sendo necessário redesignar a audiência quando não aceita a proposta de transação. Essa mesma situação foi reportado no relatório da inspeção na Vara Agrária de Santarém com os devidos encaminhamentos.

18. REGISTROS FOTOGRÁFICOS:





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



19. ANEXOS:

1. Relatório de fiscalização das custas judiciais.
2. Relatório de subcontas judiciais.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Sendo estas as considerações a serem realizadas, conclui-se o presente relatório de inspeção com **registro de agradecimento** ao magistrado **Manuel Carlos de Jesus Maria** e a todos os servidores pela colaboração prestada durante os trabalhos e na coleta de dados.

É o relatório que submetemos à elevada apreciação do Exmo. Sr. Des. Corregedor-Geral de Justiça para deliberação final.

Santarém/PA, inspeção realizada no período de 16 a 23 de novembro de 2023.

ANA ANGELICA ABDULMASSIH OLEGARIO:7919
Assinado de forma digital por ANA ANGELICA ABDULMASSIH OLEGARIO:7919
Dados: 2024.01.24 14:27:12 -03'00'

Ana Angélica Abdulmassih Olegário
Juíza Corregedora

PAULO SERGIO OLIVEIRA:25062
Assinado de forma digital por PAULO SERGIO OLIVEIRA:25062
Dados: 2024.01.24 14:24:25 -03'00'

Paulo Sérgio Oliveira
Servidor da Corregedoria Geral de Justiça